

COMPETÊNCIAS DA DOCÊNCIA CRISTÃ: A AUTO-AVALIAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DISCENTE.

Luís Henrique Fanti¹

“Como atividade natural de aprendizagem, a avaliação educativa é uma ação humana realizada entre sujeitos e sobre sujeitos, isto é, não há avaliação sem sujeito avaliado. E a avaliação carece de significado se alguém não a outorga; por isso deve ser essencialmente justa” Juan Manuel Álvarez Mendez

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa possibilitar uma reflexão sobre a competência avaliativa do docente em relação ao discente na escola cristã. Ora, não é estranho que o processo de educação formal necessite ser considerado uma via de mão dupla – o dar e o receber. Contudo, isso deve ser entendido para além da relação escola e aluno, como se o primeiro devesse oferecer um serviço e o segundo simplesmente recebê-lo, como se fosse uma mercadoria. É muito mais, e, na verdade, ambos oferecem e ambos recebem.

A partir disso, consideramos importante propor ao docente cristão a possibilidade de perceber-se neste processo como avaliador e avaliar-se à luz dos atributos divinos – misericórdia, conhecimento e justiça – presentes na pessoa de Jesus e exercitados por ele em seu cotidiano, esperando assim ajudar o docente cristão a realizar uma prática avaliativa que reflita uma perspectiva cristã.

Os benefícios que podemos ter a partir desta auto-avaliação é evitar uma prática avaliativa que desconsidere as limitações do avaliador, postulando assim meios para que este docente tenha condições de avaliar seus alunos com maior consciência e consistência.

Segundo Perrenoud, o docente autônomo e responsável se faz a partir de sua capacidade de refletir **em** e **sobre** sua prática. Além do que ele ainda considera que

¹ formado em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (2003), atuou como professor do ensino fundamental II e ensino médio no Colégio Nobel e Escola Evangélica de Maringá, mais tarde vindo a ser coordenador pedagógico desses dois níveis. Especializou-se em Gestão Estratégica de Empresas focado em educação por três mandatos consecutivos, integrou o conselho fiscal da ACSI – Associação Internacional de Escolas Cristãs/ Brasil da qual é o atual vice-presidente e membro benemérito. Atuou como orientador pedagógico do Colégio Presbiteriano Mackenzie de São Paulo do ensino fundamental II e médio. Em São Paulo especializou-se em Fundamentos da Educação Cristã (2010) e tornou-se mestre em Educação, Arte e História da Cultura (2012). Atualmente conclui a especialização em Gestão Escolar – Administração, Supervisão e Orientação e está em processo de transição para assumir a direção da escola Centro Educacional Presbiteriano em Macaé/RJ. Deu aulas em cursos de especialização presencial e graduação à distância. É presbítero e tesoureiro da Igreja Presbiteriana de Higienópolis/SP.

esta prática deve ser fundamentada em um *habitus* e considerada a partir do lugar, natureza e consequências de sua reflexão.²

Entretanto, isso pode não ser considerado importante, até porque, em certo sentido, não se lê muito nos textos sobre avaliação que o professor deve ter uma consciência de si mesmo em função de realizar uma avaliação mais justa.

Aproveitando-se ainda de Perrenoud, ele menciona que na pragmática da avaliação “Avalia-se sempre para agir”. Todavia, não utilizarei essa sua afirmação para focar a orientação do currículo ou o trabalho de gestão da escola como ele coloca, mas para levar o professor a agir sobre si mesmo reflexivamente. Um pouco mais à frente ele afirma que “[...] o professor sabe que as notas e as apreciações que faz terão uma influência decisiva sobre o futuro do aluno[...]”.³

Ele precisa avaliar-se para agir sobre si em função de ter uma responsabilidade divina para com seu aluno e sobre sua vida, ciente de que por causa de sua natureza caída o seu processo avaliativo é falho. Assim, o docente cristão deve ter

[...] consciência de que nenhum sistema de avaliação é capaz de considerar plenamente todos os aspectos complexos do processo de aprendizado do aluno e, portanto, não devemos nos preocupar em encontrar tal sistema. Antes, o professor verdadeiramente interessado em seus alunos buscará um sistema de avaliação com a menor margem possível de erro.⁴

Alvares Mendez⁵ afirma que a ética da responsabilidade obriga o professor, em relação aos sujeitos avaliados, a levar em conta as consequências que se originam em sua ação.

Neste sentido, Vasconcellos⁶ levanta um aspecto importante que precisamos ter em mente, e o coloco aqui para exemplificá-lo. Vivemos em um contexto social excludente, que não é estruturado para incluir as pessoas. Assim, segundo ele, há uma pergunta que não é explícita e que permeia as relações sociais das quais o avaliador e avaliado fazem parte – quem é que vale? A quem damos valor em nossa sociedade? Ainda, ele nos responde que é quem tem dinheiro e poder, quem é jovem e branco, e há também o que é esperto. Valorizações que percebemos nas diferentes manifestações culturais, principalmente pelas grandes mídias.

Todo o exposto acima aponta-nos a necessidade de encontrarmos um paradigma válido e que transcenda as especificações dos diversos contextos no qual a avaliação está inserida.

Assim, como poderá o professor cristão, ao avaliar-se como avaliador, encontrar um caminho que lhe possibilite ser mais justo em sua avaliação?

Ele deve pautar-se em paradigmas que lhe ofereçam condições de confrontar-se e por diante de si um modelo a ser seguido. Para que isso aconteça, acreditamos

² PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. São Paulo: Artmed, 2002. p.13.

³ PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. p.53.

⁴ COON, Brian e HEATON, Timothy L. A avaliação na escola cristã: filosofia e prática. In Fundamentos Pedagógicos - Série Perspectivas Cristãs da Educação. São Paulo: ACSI - Associação Internacional de Escolas Cristãs, 2005. p.58.

⁵ ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel. Avaliar para conhecer: examinar para excluir. São Paulo: Artmed, 2002. p.57.

⁶ VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 2008. p.218.

que o professor cristão pode embasar-se nos três atributos divinos já mencionados – o conhecimento, a misericórdia e a justiça de Deus. O conhecimento refere-se àquilo que o professor tem de informação a respeito de seu aluno. A misericórdia, àquilo que o conhecimento pode gerar no professor para agir com propriedade em relação ao aluno e desta forma manifestar a justiça de Deus no processo.

Portanto, avaliar é um ato que denota apreciação, análise, verificação com objetivo de determinar um valor a alguma coisa ou pessoa. Ao tratar-se de pessoas ou da função que elas desempenham podemos determinar sua competência, progresso, qualidade etc.

No livro de Gênesis, capítulo 1, o Senhor expressa por seis vezes que algo que fizera era bom. Ao fim da criação, depois de fazer o homem ele diz que tudo aquilo era muito bom. Deus teve prazer durante o processo de criação e ao seu fim, podemos até ouvi-lo dizer: Isto é muito bom! E era, pois ainda a criação não estava sujeita à vaidade como declarado em Romanos 8 versículo 20.

Sendo nós criados à imagem e semelhança de Deus, ainda que afetados drasticamente pela Queda, temos a mesma capacidade de sentir prazer nas coisas que produzimos bem como a capacidade de avaliá-las. Entretanto, precisa ficar claro para nós que a atividade de avaliar parte do pressuposto da existência de um parâmetro confiável que sirva de base para a comparação, análise e apreciação do objeto a ser avaliado.

Deus criou tudo *muito bom* porque ele é ao mesmo tempo a fonte perfeita da qual toda coisa criada originou-se, bem como o parâmetro perfeito para avaliar aquilo que criara. Devido ao fato de desenvolvermos a influência dos atributos divinos na atividade avaliadora docente, não vamos discorrer mais sobre isso neste ponto.

3

1. A PESSOA DE JESUS, PARADIGMA AO EDUCADOR

“Do tronco de Jessé sairá um rebento, e das suas raízes, um renovo. Repousará sobre ele o Espírito do SENHOR, o Espírito de sabedoria e de entendimento, o Espírito de conselho e de fortaleza, o Espírito de conhecimento e de temor do SENHOR. Deleitar-se-á no temor do SENHOR; não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos; mas julgará com justiça os pobres e decidirá com equidade a favor dos mansos da terra; ferirá a terra com a vara de sua boca e com o sopro dos seus lábios matará o perverso. A justiça será o cinto dos seus lombos, e a fidelidade, o cinto dos seus rins. (Isaías 11.1-4)⁷

O excerto acima do livro do profeta Isaías descreve uma série de características que marcariam profundamente a vida e ministério de Jesus.

Nos tempos de Jesus o Espírito do Senhor não estava sobre todas as pessoas que criam em Deus. Tal manifestação só tornou-se possível depois que o próprio Senhor Jesus

⁷ BÍBLIA. Português. Almeida, revista e atualizada. 2002. ; ALMEIDA, João Ferreira d'. Bíblia e hinário novo cântico: Antigo e Novo Testamento. 2. ed. rev. e atual. no Brasil Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil; [S.l.]: Casa Editora Presbiteriana, 2002.

enviou o Espírito Santo no Pentecostes. Portanto, ele era notável, pois sobre ele havia sabedoria e entendimento, conselho e fortaleza, conhecimento e temor do Senhor.

É muito comum observarmos a falta destas características em crentes que professam Jesus como Senhor e Salvador e atuam no âmbito educacional. Os três pares característicos de Jesus citados no parágrafo anterior, são aquilo que possibilitava a Jesus, em suas relações com os homens, *julgar com justiça, decidir com equidade a favor dos mansos*. Ora, não são tais atos, atos de avaliação, aferição?

Ao julgar e decidir, Jesus avaliava a cultura e as pessoas da cultura na qual estava inserido. Suas decisões, julgamentos, por serem justos e retos, testemunhavam contra aquela geração. O que é o mesmo que ferir a terra com a vara de sua boca.

Quando um educador avalia um aluno em bases questionáveis ele não está exercendo adequadamente sua vocação. Por bases questionáveis, alertamos, são aqueles critérios de avaliação mal definidos, originados mais nos gostos pessoais, nas vaidades do ego, na maneira mais fácil, do jeito menos transparente. Entendemos que os critérios de avaliação de um professor devem propiciar uma abrangência de visão, métodos e instrumentos que possibilitem o maior conhecimento possível a respeito do aluno e um número possível de respostas dos alunos de tal modo que o professor obtenha dados que ofereçam uma ampla visão da realidade pedagógica do mesmo.

Entendemos que a teologia só é válida quando gera vida no servo de Deus. Como educadores cristãos desejamos que a teologia sirva de base para que a prática educativa produza vida nos alunos sob nossos cuidados.

4

2. O CONHECIMENTO – LIMITES E POSSIBILIDADES

Assentado diante do gazofilácio, observava Jesus como o povo lançava ali o dinheiro. Ora, muitos ricos depositavam grandes quantias. Vindo, porém, uma viúva pobre, depositou duas pequenas moedas correspondentes a um quadrante. E, chamando os seus discípulos, disse-lhes: Em verdade vos digo que esta viúva pobre depositou no gazofilácio mais do que o fizeram todos os ofertantes. Porque todos eles ofertaram do que lhes sobrava; ela, porém, da sua pobreza deu tudo quanto possuía, todo o seu sustento. (Marcos 12.41-44)

Estando Jesus a observar, viu os ricos lançarem suas ofertas no gazofilácio. Viu também certa viúva pobre lançar ali duas pequenas moedas; e disse: Verdaderamente, vos digo que esta viúva pobre deu mais do que todos. (Lucas 21.1-3).

Percebemos claramente, a partir dos excertos acima, que Jesus está avaliando. Ele está presente em uma manifestação da cultura de sua época e de seu povo que era o de lançar no gazofilácio as suas ofertas. Como nada na palavra de Deus é fruto do acaso, imaginamos que Jesus veio até este lugar para nos deixar uma importante lição. A narração do fato é o momento final de um tempo que Jesus dedicou a algumas discussões no templo. Então ele chama seus discípulos a atentarem para uma situação que muitas pessoas ali provavelmente nem tomassem em consideração, a oferta de uma viúva pobre.

Ora, ele estava ali há algum tempo e vira muitos outros depositando suas ofertas. Contudo, ele afirma para seus discípulos que aquela viúva pobre deu mais do que todos os outros. O que ela ofertara correspondia a 1/64 avos do salário de um dia de trabalho. Para uma pessoa que ganhasse hoje, R\$ 600,00 por mês, um dia de salário seria R\$ 20,00, portanto, 1/64 de R\$ 20,00 seria R\$ 0,32. Se Jesus louvou a oferta daquela mulher, só o fez porque tinha o *Conhecimento* profundo do contexto e do coração dela.

Berkof⁸ ao tratar do Conhecimento de Deus, afirma que, dentre outros aspectos, ele é “completo e plenamente consciente”. Em contraposição o nosso conhecimento das coisas, situações e tudo o mais que é *parcial*, “frequentemente indistinto, e muitas vezes não consegue ascender à clara luz da consciência.”

Bem ao contrário de nós com nossa natureza corrompida, Jesus tinha um conhecimento perfeito, não influenciado pela aparência ou atitude exterior, como podemos observar em Jó 37.16, 1 Samuel 16.7 e Salmos 139.1-4. Como isso, então, deveria aplicar-se ao professor em sua atividade avaliativa?

O professor cristão, verdadeiramente cristão, terá consciência de suas limitações. É muito comum no meio educacional o professor considerar muitas das posturas inadequadas de um aluno um capricho, uma manha, uma sem vergonhice, uma facilidade concedida pelo colégio, uma subserviência do colégio à família, já que esta é “uma cliente”.

Normalmente, isso decorre à medida que um aluno começa a apresentar problemas, independente da natureza deles. Então, ao invés de o professor desenvolver uma postura investigativa a respeito das causas daquele tipo de comportamento, reage com posturas duras, endurecendo seus critérios na avaliação do aluno como um todo, desconsiderando muitas vezes até o que de positivo é produzido pelo aluno, ou seja, ele atua sobre a(s) consequência(s) e não sobre a(s) causa(s) daquilo que está afetando o rendimento do aluno.

As posturas inadequadas dos alunos tendem a gerar um professor indiferente às suas produções positivas. Está tão desgastado naquele relacionamento que distancia-se da

⁸ BERKHOF, Louis. Teologia sistemática. São Paulo: Cultura Cristã, 2001. p.65.

pessoa do aluno, tornando-o uma espécie de coisa a ser evitada, a ser negada constantemente. Esta postura faz com que o professor perca cada vez mais a chance de conhecer seu aluno e sua realidade. Quando isso acontece o resultado é tratar o aluno com base num conhecimento superficial, estereotipado. É muito comum professores, que quando erram com um aluno com este perfil, justificarem a si mesmos reafirmando a(s) postura(s) inadequada(s) do aluno ou desculpando-se friamente, sem ponderar o efeito disso na sua prática docente. Ora, o professor já fechou-se e estereotipou o seu aluno a um nível que padroniza negativamente sua forma de avaliá-lo.

Vasconcellos⁹ (2008, p.84) afirma categoricamente que “O professor não pode desistir do aluno” e, continua, citando um autor que exemplifica a mente humana como um guarda-chuva, ou seja, sua funcionalidade se dá somente se estiver aberta. Alerta-nos ainda que a chave que abre a mente é a emoção.

Um professor “fechado” é um professor que perdeu o contato com seus alunos, negando-se ir ao encontro deles, negando-se compreender seu processo de conhecimento e desenvolvimento.

Ao compreender que não conhece tudo o que está envolvido o professor deveria buscar no Senhor o auxílio para desenvolver o seu papel de modo consistente e coerente. Deus não necessita de discernimento, nós sim. Ele conhece em um só ato simples e eterno¹⁰ toda a realidade, nós não conhecemos nem mesmo o nosso coração, como diz Jeremias no capítulo 17 de seu livro.

Quando estereotipamos nossos alunos e agimos com base nisso, estamos dizendo que não resta esperança. O que demonstra duas coisas: a) que endurecemos nosso coração enganando-nos a nós mesmos; b) desqualificamos nosso aluno como um objeto de atenção e misericórdia. Pois na cabeça da grande maioria das pessoas, a misericórdia serve apenas para aqueles que são bons e erram de vez em quando. Quanto a isso retomaremos mais à frente.

Jamais poderemos conhecer todo o contexto no qual nossos alunos estão inseridos e por isso mesmo é que devemos dispor-nos de tal modo que possamos pensar alternativas que ampliem nossa capacidade de conhecê-lo como ser aprendente o máximo possível e de também diagnosticar nosso coração na presença de Deus para conhecermo-nos mais profundamente. Ambas situações exigem observação cuidadosa, intervenções sabiamente planejadas no decorrer das aulas, um relacionamento menos preconceituoso e mais sensível, um posicionamento firme ante aquilo que sabemos e que não sabemos.

⁹ VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 2008. p.84.

¹⁰ BERKHOF, Louis. Teologia sistemática. São Paulo: Cultura Cristã, 2001. p.65.

COMENIUS¹¹ afirma que “IV. A fraqueza de nosso engenho e a obscuridade de nosso juízo que fazem com que, muitas vezes, fiquemos na casca e não penetremos até o âmago das coisas”.

Ao permitir que o Espírito de Deus trabalhe este atributo do Senhor em nossas vidas, nos abrimos para um relacionamento mais profundo com o próprio Deus e também com o nosso próximo. Se conseguirmos isso, talvez desenvolvamos na nossa prática docente o segundo atributo que pretendemos estudar neste trabalho, a misericórdia de Deus.

3. A MISERICÓRDIA – LIMITES E POSSIBILIDADES

A melhor maneira de definirmos o que seja misericórdia é resgatar o sentido latino da palavra – *ter o coração na miséria* de alguém. A miséria de alguém pode ser sua miserável condição física, material, emocional ou espiritual. A misericórdia só pôde ser manifesta após a Queda, pois é o que possibilita a Deus mover-se em direção ao homem.

Álvaro Mendez ao tratar da questão ética e prática da avaliação discorre sobre questões mais prementes, como segue:

[...] a avaliação educativa tem a ver com questões mais primárias e vitais, aderidas a contextos concretos e a assuntos relacionados com pessoas determinadas. Isto acontece porque, além do que diz a leitura especializada e o que propõem os discursos acadêmicos da avaliação, na escola também se fala de e com sujeitos concretos, fala-se do baixo rendimento de Maria e do pouco interesse de João; fala-se sobre alguns sujeitos que aprendem com interesse e outros que não o fazem no mesmo ritmo, sendo incapazes de prestar atenção. Também se fala da dificuldade que Carmem, professora de Matemática, tem para fazer com que os pais de Pedro vejam que seu filho não rende ou não presta atenção; ou que Carlos tem problemas de disciplina que influenciam seu rendimento... Fala-se de alunos que trapaceiam, que faltam à aula, que são indisciplinados, hiperativos, pouco sociáveis, introvertidos, tímidos...E, em todos os casos, pretendemos manter a avaliação e os sujeitos que a realizarão à margem! Tampouco os textos especializados sobre avaliação falam algo (que resolva) sobre os conflitos provocados pelo mesmo fato de saber-se avaliado, ou de ter consciência de que tudo o que se possa fazer/dizer/pensar em sala de aula pode ser objeto de avaliação, ou pode influenciar de algum modo a qualificação.¹²

Pelo que Álvares Mendez menciona acima, é claro que nossos alunos devem ser alvos de nossa misericórdia e está implícito um ser que necessita ser resgatado

¹¹ COMENIUS, Iohannis Amos. Didática Magna. Fundação Calouste Gulbenkian, eBooksBrasil.com, 2001. p.187.

¹² ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel. Avaliar para conhecer: examinar para excluir. São Paulo: Artmed, 2002. p.56.

intelectualmente, emocionalmente, espiritualmente. Muitos vivem um inferno com a separação dos pais que jamais acaba. Outros, não conseguem, por mais que desejem, entender as palavras de seus professores por terem problemas neurológicos. Alguns estão lutando contra o câncer ou aprendendo lidar com uma gravidez indesejada. Há aqueles que vivem um vazio espiritual e emocional tão profundo que desatinam a ser rebeldes, irreverentes, depressivos.

Dependendo o tipo de escola e professores destes alunos, a falta do conhecimento destas realidades levará os “mestres” a tratá-los de modo inadequado pedagogicamente falando. Muitos dos leitores podem achar que tenderemos a uma visão paternalista sobre alunos que têm problemas como os citados. A misericórdia não nega a justiça, ela amplia as possibilidades de que a justiça seja aplicada de maneira mais apropriada.

Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns a julgam demorada; pelo contrário, ele é longânimo para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento. (2 Pedro 3.9).

Não deveria os docentes ter esse mesmo tipo de postura? Serem longânimos por causa da misericórdia? A justiça será manifesta, mas, antes, haverá todas as possibilidades para que os alunos *cheguem ao arrependimento*? Poderíamos traduzir isso por recuperação, dedicação aos estudos, comprometimento em sala de aula, respeito e admiração pelo professor etc.

Observemos.

Benigno e misericordioso é o SENHOR, tardio em irar-se e de grande clemência. 9 O SENHOR é bom para todos, e as suas ternas misericórdias permeiam todas as suas obras.(Salmo 145.8-9)

Agora ampliemos o sentido desses dois versos transcritos acima.

Se amais os que vos amam, qual é a vossa recompensa? Porque até os pecadores amam aos que os amam. Se fizerdes o bem aos que vos fazem o bem, qual é a vossa recompensa? Até os pecadores fazem isso. E, se emprestais àqueles de quem esperais receber, qual é a vossa recompensa? Também os pecadores emprestam aos pecadores, para receberem outro tanto. Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem esperar nenhuma paga; será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo. Pois ele é benigno até para com os ingratos e maus. Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai. (Lucas 6.32-36)

Ouvistes que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; para que vos torneis filhos do vosso Pai celeste, porque ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos.

Porque, se amardes os que vos amam, que recompensa tendes? Não fazem os publicanos também o mesmo? E, se saudardes somente os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os gentios também o mesmo? Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste. (Mateus 5.43-48)

Ainda, gostaria de retomar Vasconcellos, pois este afirma que, ao mesmo tempo que nossa inteligência é complexa e poderosa, é sutil e delicada, funcionando assim somente com amor. Este, como componente ontológico, inalienável do ser humano.¹³ Portanto, seria antipedagógico negar o amor necessário à aprendizagem.

É uma tendência muito comum entre os professores preferirem aqueles alunos que são os “exemplos”. Esses são aqueles que tiram boas notas, cumprem todas as atividades, tratam os professores com respeito, não dão trabalho durante as aulas, envolvem-se em todas as propostas do colégio, fazem mimos aos professores. Há talvez aqueles que nem tiram boas notas, mas como não atrapalham tanto, também são queridos. Há também os outros que levam a disciplina com dificuldade e com alguma irreverência, mas tem um relacionamento afetivo com seu professor. Mas o que fazer então com os alunos que viram tudo do avesso, são irreverentes, vão mal de notas e atrapalham a vida de todos?

Qual dos dois tipos de alunos citados no parágrafo anterior deveria merecer uma atenção diferenciada do professor? Que méritos há no professor que dá uma boa aula e “faz aprender” aquele aluno bonzinho, comportado, estudioso, dedicado?

Gostaríamos que você refletisse sobre essas perguntas, caso ainda não tenha percebido ou encontrado a resposta.

Lembremos de alguns pontos teológicos que embasariam uma prática docente misericordiosa.

A misericórdia do Senhor é manifestada na Criação de modo geral e não simplesmente aos homens e aos seres humanos.

Quanto à misericórdia destinada à Criação em geral, podemos ver Deus suprindo as necessidades dos seres irracionais e mantendo-os conforme o conselho da sua vontade. Quanto à misericórdia destinada aos seres humanos, ela se manifesta de três modos diferentes:

a) Aos remidos – nos Salmos 51.1 e 103.13 percebemos a grandeza do cuidado de Deus àqueles que ele já redimiu. Socorrendo-os em suas misérias, uma vez que ainda pecam.

¹³ VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 2008. p.84.

b) Aos não-remidos – Ao lermos o Salmo 73, perceberemos isso claramente. É uma misericórdia temporária, uma vez que o Senhor irá manifestar a sua justiça por causa dos pecados deles, contudo isso não é feito assim que pequem.

c) Aos que estão para ser remidos – é aquela misericórdia que conduz o pecador ao arrependimento, que não tem prazer na morte dele.¹⁴

Dos três aspectos acima apresentados por Campos¹⁵ o terceiro é aquele que mais deveria atrair o professor cristão. Num aspecto geral o professor cristão deveria ter a consciência de que todos necessitam ter todas as chances de sua redenção, aprovação na escola. Ele como agente da misericórdia escolar deveria propor a este(s) aluno(s) todas as condições para que chegasse ao “arrependimento”, a uma mudança de postura diante da vida escolar. Nenhum professor deveria ter prazer na “morte” de seus alunos, ou seja, na sua reprovação, na sua permanência na ignorância, na indiferença, na mesmice de uma vida alienada, ainda que muitos de seus alunos assim desejem permanecer.

Os textos seguintes demonstram como Jesus lidava com o outro no aspecto que estamos estudando.

“Desembarcando, viu Jesus uma grande multidão, compadeceu-se dela e curou os seus enfermos.” (Mateus 14.14), “Ao desembarcar, viu Jesus uma grande multidão e compadeceu-se deles, porque eram como ovelhas que não têm pastor. E passou a ensinar-lhes muitas coisas.” (Marcos 6.34), “Jesus, profundamente compadecido, estendeu a mão, tocou-o e disse-lhe: Quero, fica limpo!” (Marcos 1.41).

10

A misericórdia traz compadecimento a respeito do outro. A multidão de nossos alunos tem em si inúmeras motivações contraditórias, das quais muitas delas se alinham ou não com os anseios dos professores em uma sala de aula ou situação educativa e até mesmo no processo de avaliação.

O compadecimento vem acompanhado de uma ação consciente, cheia de graça, que em Jesus manifestava-se por cura, ensino, providência, encontro, aceitação, como por exemplo na parábola do filho pródigo.

A misericórdia não anula a justiça, portanto, veremos a seguir como este último atributo divino que selecionamos, contribui para nossa prática.

4. A JUSTIÇA – LIMITES E POSSIBILIDADES

¹⁴ Ez. 18.23-32; 33.11

¹⁵ CAMPOS, Heber Carlos de. O ser de Deus: e os seus atributos. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. 432 p. (Coleção fé evangélica) pp.290-292.

Em todos os atributos trabalhados, há a necessidade de auto-avaliação por parte do docente cristão. Entretanto, quando pensamos no exercício pessoal da justiça em relação a outrem, isso acontece com um peso emocional maior.

"Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá?"(Jeremias 17.9) e Vasconcellos¹⁶ afirma que "Quando o sujeito não faz auto-avaliação, significa implicitamente assumir que é perfeito, que não tem falha [...] Quando fica fora da avaliação, o indivíduo está se colocando para além do bem e do mal, como um semideus." Sabemos que não o é. Portanto ele deve considerar-se muito seriamente no que tange a avaliar o outro e fazer justiça nessa avaliação.

Quando falamos em justiça, normalmente nos referimos a uma lei que foi quebrada e a punição decorrente de tal ato. Entretanto, também percebemos justiça quando alguém cumpre bem a lei e por isso é louvado ou reconhecido. Em verdade, justiça é dar a alguém aquilo que lhe é devido (CAMPOS, 2002, p.241).

Os aspectos que mais nos interessam deste atributo divino é a justiça retributiva e remunerativa de Deus. A primeira refere-se aos castigos, punições que Deus inflige àqueles que violaram suas leis, sua aliança. Consequentemente, a segunda refere-se àqueles que cumpriram as suas leis, sua aliança no qual há promessa e acordo.

Então, como o professor cristão pode, a partir deste atributo, desenvolver uma prática avaliativa mais cristã? O tempo todo julgamos, elaboramos pensamentos que qualificam ou desqualificam os objetos de nossa atenção. Com base em quê fazemos isso? Com certeza não o fazemos com base em uma natureza reta e perfeita. Não o fazemos livres de quaisquer influências. Não o fazemos considerando a possibilidade de que o fazemos debilitadamente por causa do pecado que em nós habita.

Assim, observemos o texto bíblico abaixo.

Não julgueis, para que não sejais julgados. Pois, com o critério com que julgardes, sereis julgados; e, com a medida com que tiverdes medido, vos medirão também. Por que vês tu o argueiro no olho de teu irmão, porém não reparas na trave que está no teu próprio? Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu olho, quando tens a trave no teu? Hipócrita! Tira primeiro a trave do teu olho e, então, verás claramente para tirar o argueiro do olho de teu irmão. (Mateus 7.1-5)

O Senhor nos julga pelos critérios que ele mesmo estabeleceu em palavra e que são retos e justos. Nós, muitas vezes julgamos por critérios altamente inconsistentes, subjetivos, incompletos.

¹⁶ VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 2008. p.79.

A primeira lição que podemos tirar do texto acima é que seremos julgados e o seremos da mesma maneira que julgamos. Isso pode parecer distante em um primeiro momento, entretanto, basta a instituição na qual trabalhamos resolver fazer uma avaliação dos professores entre os alunos, ou o orientador pedagógico começar a assistir aulas para levantar-se todos os questionamentos possíveis por parte do professor. Quando isso acontece, revela muitas vezes aquilo que o próprio professor realiza em sua atividade. Ele sabe que toda avaliação tem um aspecto subjetivo e é isso que ele teme.

A segunda lição é que, para julgar, precisamos ter consciência da trave que influencia ou limita meu julgamento e se possível tirá-la ou, no mínimo, considerá-la no processo enquanto ela ainda está ali. E aqui devemos nos deter ainda mais, conforme já vimos acima.

Em Mateus 11, encontramos os seguintes versículos:

Passou, então, Jesus a increpar as cidades nas quais ele operara numerosos milagres, pelo fato de não se terem arrependido: Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque, se em Tiro e em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido com pano de saco e cinza. E, contudo, vos digo: no Dia do Juízo, haverá menos rigor para Tiro e Sidom do que para vós outras. Tu, Cafarnaum, elevar-te-ás, porventura, até ao céu? Descerás até ao inferno; porque, se em Sodoma se tivessem operado os milagres que em ti se fizeram, teria ela permanecido até ao dia de hoje. Digo-vos, porém, que menos rigor haverá, no Dia do Juízo, para com a terra de Sodoma do que para contigo. (Mateus 11.20-24)

O título deste trecho na versão da Bíblia que utilizamos é **Ai das cidades impenitentes!** Sugestivamente este é um texto característico de juízo, ou seja, de execução da justiça em seu sentido pleno. Ele nos é adequado porque um sinônimo de impenitente é incorrigível, alguém que não se deixa admoestar, criticar, ser alertado para algo que possa estar fazendo errado. Subentende-se aqui que haveria uma aplicação diferenciada do juízo a partir dos mesmos critérios diferenciando o que havia sido oferecido a cada uma das cidades e como elas haviam respondido a isso.

Jesus conhecia suas histórias, sua natureza, as oportunidades que tiveram ou não. Sabia como elas haviam reagido e quais eram suas motivações. Em outra linguagem, ele sabia o trabalho que havia desenvolvido e conhecia muito bem seus alunos.

Por isso que os critérios de avaliação que os professores adotam devem ser claros. A frequência da avaliação, seu peso, como é composta a fórmula que resulta na média, as possibilidades de recuperação, os procedimentos quanto à impossibilidade de realização das avaliações. O que espera de cada questão ou avaliação formulada. Ter consciência de seus estados emocionais em momentos avaliativos. Além do que sua docência deve ser esmerada, irrepreensível, pois a falta de clareza em um ensino compromete a avaliação da aprendizagem do mesmo.

O professor também deve determinar claramente para os alunos as bases sobre as quais trabalhara em sua disciplina guiando-se sobre as bases institucionais nas quais está inserido. O aluno precisa compreender o viés avaliativo do professor, o qual deve aparecer no cotidiano de sua prática. Assim, sendo o professor da área de exatas, por exemplo, deve manifestar se em sua correção da avaliação se ele considerará o raciocínio explicitado e aquilo que nele estiver correto ou se considerará somente os exercícios plenamente e perfeitamente executados e quais as razões pedagógicas por detrás dessa exigência. O professor da área de humanas, da mesma forma, deve deixar claro em uma avaliação quais os objetivos que pretende dentro dos conteúdos estudados, se as respostas devem ser completas ou podem ser expressas em tópicos.

A escola tem duas funções básicas – formar o aluno de maneira integral e dar a ele os caminhos para o ingresso em cursos técnicos ou superiores. Isso deve ser considerado em cada ação educativa que o professor elabora e aplica aos seus alunos. Se em um momento ele não vai considerar o desenvolvimento de um raciocínio em questões objetivas e, em outro, ele o exigirá, isso tem que estar motivado por uma intencionalidade pedagógica. No acesso à universidade, por exemplo, uma máquina corrige se o aluno marcou a resposta certa ou errada, mas não dá a ele o perfil de seus erros e quais os temas que necessitam ser revistos para seu aperfeiçoamento como aluno. Para a escola cuja função é formar o aluno de maneira integral isso seria válido, justo? Em que situação?

Essas questões são traves que nos impedem de ver melhor o argueiro nos olhos de nossos alunos. Dependendo a natureza e objetivo da escola, estas questões podem tornar-se instrumentos de justiça ou de injustiça na vida deles.

Justiça é algo com o qual todos nós devíamos nos preocupar ao longo de nossa docência. Vivemos um momento em que a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais tem levantado novamente a questão da justiça entre os professores, pela necessidade de avaliá-los de maneiras diferentes e de modo justo.

Quando apresentamos aos professores as dificuldades de um aluno, especial ou não, e solicitamos a eles que repensem sua prática pedagógica em relação ao mesmo, é muito comum professores confundirem isso com um pedido de privilégios, de vistas grossas em favor do aluno. Eles não entendem que os dados são o conhecimento que ele necessita para trabalhar melhor com aquela pessoa, que sua consideração sobre os dados é uma atitude de tentar colocar-se no lugar do outro e tentar propiciar a ele uma realidade que lhe seja mais justa.

A mente do professor está tão firmada em pressupostos de mérito, de competitividade, de ranqueamento que a Graça tornou-se ausente. Repetindo: qualquer ação solicitada a ele baseada nos atributos discutidos neste trabalho, são vistas como

benevolência, privilégio, facilidade em favor de um cliente. Afinal de contas, há tanto tempo ele trabalha assim, por que mudar?

Não nos é indiferente os muitos fatores que interferem na prática docente e que contribuem para que ela seja menos pessoal, menos eficaz. Entretanto, se aceitamos este trabalho, devemos fazê-lo com a maior excelência possível, e isso certamente será em função do quanto conhecemos aqueles com quem trabalhamos, as atitudes que serão destinadas da nossa parte aos mesmos e o caráter desse processo. Podemos ter todas as justificativas humanas e reais que emperram um desenvolver mais eficaz de nosso trabalho, contudo, o Senhor, pesará as razões, os motivos e atitudes de nosso coração para este trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que desenvolvamos uma atitude mais reflexiva no desenvolvimento de uma docência cristã cujo aspecto avaliativo reflita princípios da palavra de Deus. Conhecer para que a realidade seja interpretada, compreendida e analisada dentro de uma perspectiva correta. Ponderar esta realidade dentro do enfoque da compassividade, da misericórdia sem que isso se torne paternalismo. Executar a justiça no processo avaliativo em função de dar o que é justo ao outro, sabendo-se que em todas estas coisas a imperfeição, a tendência, a parcialidade, a distorção estão presentes e por isso, a pessoa do avaliador, do docente, necessita submeter-se à palavra do Senhor a fim de desempenhar o seu chamado com excelência.

Entretanto, o grande entrave que percebemos no desenvolvimento deste trabalho é que boa parte dos professores das escolas cristãs não são cristãos, e daqueles que dizem sê-lo, muitas vezes não buscam nenhum tipo de integração ou de reflexão entre sua prática docente e a cosmovisão cristã de mundo. Eles em geral replicam o que consideramos ser a “visão da sala de professores”. Esta visão é carregada de ironia, preconceito, auto-piedade, justiça própria, soberba. É um modo de ver a vida docente carregada de carnalidade, de uma mente dominada pelo pecado, por uma cosmovisão distorcida do que seja a postura de um professor na escola e principalmente na escola confessional. É muito provável que este pensamento reflita-se em atitudes em sala de aula que acaba por ser como Borges¹⁷ (2002, p.177) afirma. “Na educação cristã, educador e método são, muitas vezes, a mesma coisa. É a vida do educador a maior fonte de influência para a formação da personalidade do educando.”

¹⁷ BORGES, Inez Augusto. Educação e personalidade: a dimensão sócio-histórica da educação cristã. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002. p.177.

Esperamos que este artigo sirva aos educadores cristãos para renovação de suas mentes e um melhor desenvolvimento de sua vocação. Acreditamos que os atributos de Deus que nos são comunicados pelo seu Espírito Santo possam realmente fazer parte da prática docente comunicando consequentemente vida àqueles que são alvo desta docência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel. **Avaliar para conhecer: examinar para excluir.** São Paulo: Artmed, 2002. 133 p.

BERKHOF, Louis. **Teologia sistemática.** São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

BÍBLIA. Português. Almeida, revista e atualizada. 2002. ; ALMEIDA, João Ferreira d'. **Bíblia e hinário novo cântico: Antigo e Novo Testamento.** 2. ed. rev. e atual. no Brasil Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil; [S.l.]: Casa Editora Presbiteriana, 2002. viii, 816, 278, 239 p. ISBN 853110274X

BORGES, Inez Augusto. **Educação e personalidade: a dimensão sócio-histórica da educação cristã.** São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002. 231 p.

CAMPOS, Heber Carlos de. **O ser de Deus: e os seus atributos.** 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. 432 p. (Coleção fé evangélica)

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didática Magna.** Fundação Calouste Gulbenkian, eBooksBrasil.com, 2001.

COON, Brian e HEATON, Timothy L. **A avaliação na escola cristã: filosofia e prática.** In Fundamentos Pedagógicos – Série Perspectivas Cristãs da Educação. São Paulo: ACSI – Associação Internacional de Escolas Cristãs, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança.** São Paulo, Libertad, 2008.